

A INCLUSÃO SOCIAL DO CATADOR DE RECICLÁVEIS “ESTUDO DE CASO”

THE SOCIAL INCLUSION OF THE WASTE PICKER - CASE STUDY

**LA INCLUSIÓN SOCIAL DE LOS RECOLECTORES DE RECICLABLES
UN ESTUDIO DE CASO**

Alessandra de Paula

Graduada em Administração, Especialista em Gestão estratégica, Mestre em Engenharia de Produção

Ana Maria Lucca Sandri

Graduada em psicologia pela UFPR, MBA em Gestão Pública Ambiental e Gerência de Cidades

Anderson Alessandro Oleranos

Graduado em Administração – Comercio Exterior pela PUC – PR, MBA em Gestão Pública Ambiental e Gerência de Cidades

Rodrigo Berté

Graduado em Ciências Biológicas, Pós Graduado Uninter, Doutor em Meio Ambiente UFPR.

Robson Seleme

Graduado em Engenharia Civil, Mestre e Doutor em Engenharia de produção.

RESUMO

Este trabalho apresenta como tema a análise do impacto da vinculação do catador de recicláveis à cooperativa, enquanto fator de inclusão social, no município de Curitiba/PR. A ênfase é dada nas condições sociais, culturais, econômicas, de saúde e de cidadania destes importantes parceiros do meio ambiente. Para a fundamentação teórica, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o saneamento ambiental e a legislação. Foram pesquisados o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, o Plano Região Metropolitana de Curitiba para os Resíduos Sólidos Urbanos, o Programa Municipal - ECO CIDADÃO e a história do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR) e suas conquistas. Selecionamos, para o estudo de caso, a cooperativa CATAMARE. A escolha por essa cooperativa deve-se ao fato de ser uma das entidades atendidas pelo Programa ECO CIDADÃO da Prefeitura Municipal de Curitiba. Na pesquisa de campo, foram realizadas as entrevistas individuais dentro do galpão da entidade. Foi também entrevistada a procuradora do Ministério Público do Trabalho Dra. Margaret Matos de Carvalho, por sua importante atuação junto ao Fórum Estadual Lixo e Cidadania.

Palavras-chave: Inclusão social. Lixo. Catadores.

ABSTRACT

The main theme of this paper is the analysis of the impact of the linkage between the cooperative and the waste picker as a factor of social inclusion in the city of Curitiba, state of Paraná in Brazil. The emphasis is placed on social, cultural and economic conditions, health and citizenship of these important partners of the environment. For the theoretical basis, a bibliographic research on the environmental sanitation and the legislation was carried out. The State of Solid Waste Plan, the Metropolitan Region of Curitiba for the Municipal Solid Waste Plan, the Municipal Program - ECO CITIZEN and the history of the National Movement of Waste Pickers (MNCR) and their achievements have been researched. The CATAMARE cooperative was selected for the case study. This cooperative was chosen due to the fact that it is one of the entities assisted by ECO CITIZEN Program of Curitiba City Hall. For the research field, the individual interviews were carried out within the entity shed. The federal attorney of the Public Ministry of Labor, Dr. Margaret Matos de Carvalho was also interviewed because of her important actions along the State Forum Waste and Citizenship.

Key words: Social Inclusion. Waste. Waste pickers.

RESUMEN

Este trabajo presenta como tema el análisis del impacto de la vinculación a la cooperativa, como factor de Inclusión Social del Recolector de materiales Reciclables, en la ciudad de Curitiba/PR, con foco en sus condiciones sociales, culturales, económicas, de salud y de ciudadanía. Se realizó una investigación bibliográfica que denota las acciones realizadas en proximidad con la actividad. Se investigó el saneamiento ambiental, la legislación, el Plan Estatal de Residuos Sólidos Plan de la Región Metropolitana de Curitiba para los Residuos Sólidos Municipales, el Programa Municipal-ECOCIUDADANO, historia del Movimiento Nacional de los Recolectores de Reciclables (MNCR) y de sus logros. Seleccionamos para el estudio de caso, una cooperativa que es atendida por el Programa ECOCIUDADANO del Ayuntamiento Municipal de Curitiba. Fueron realizados estudios de campo para establecer la real condición del recolector y comprobar si realmente existe una inclusión Social. Las entrevistas individuales fueron realizadas, en el local de trabajo, dentro del galpón de la entidad. En paralelo fue entrevistada una especialista representada por la fiscal general del Ministerio Público por su importante actuación en los trabajos y sus acciones junto al Foro Estatal "Lixo e Cidadania". Los resultados obtenidos se caracterizaron por el perfil social de los recolectores y su condición real de inclusión y trabajo.

Palabras-clave: Inclusión social. Basura. Recolectores.

INTRODUÇÃO

O tema de estudo apresentado neste trabalho surgiu através de debates sobre o problema do manejo, armazenamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos. Esta é uma preocupação muito justa, pois à medida que há um crescimento populacional, há também o aumento do uso de recursos naturais para atender a demanda de bens materiais, conseqüentemente gerando maior volume e diversidade dos resíduos, na maioria das vezes sem a destinação correta.

O grande problema da destinação incorreta dos resíduos deve-se ao fato de que, em sua maioria, ainda são depositados em lixões a céu aberto que, além de serem altamente poluidores, não possuem tratamento para diminuir a contaminação do ambiente. A situação é mais agravante quando o chorume¹ produzido é levado ao lençol freático pela água da chuva que desce da superfície. Isto compromete o abastecimento de água em várias cidades uma vez que muitos lixões estão próximos a aquíferos.

Além disso, há o risco permanente de ocorrência de explosões nestes locais ou proximidades devido ao acúmulo de gases, colocando em risco a vida das pessoas que vivem da coleta dos resíduos recicláveis.

No Brasil, a administração pública em todas as esferas, enfrenta o desafio de gerenciar adequadamente os resíduos, buscando erradicar definitivamente os lixões a céu aberto. Desta forma, os resíduos tornam-se alvo das discussões uma vez que, ao mesmo tempo em que o poder público deve buscar soluções, a população deve ser sensibilizada quanto à modificação de hábitos e costumes a fim de reduzir os resíduos produzidos, separar o que pode ser reciclado ou reutilizado.

Neste sentido, a cidade de Curitiba foi uma das pioneiras no trabalho de sensibilização da população em relação à separação correta dos resíduos que podem ser reciclados, por ocasião da implantação do Programa Lixo que Não é Lixo, em 1989.

Entretanto, apesar de uma parcela considerável da população participar da separação para a coleta seletiva dos resíduos recicláveis, ainda não foi atingido um nível ideal. O Aterro Sanitário localizado no bairro de Caximba, que recebia os resíduos de

¹ Chorume é uma mistura de água e resíduos decompostos que se não tratado adequadamente, pode infiltrar-se no solo dos lixões e contaminar a água subterrânea. Esta mistura possui alta concentração de demanda biológica e de oxigênio.

Curitiba e região metropolitana contém diversos elementos que não tiveram destinação correta. Neste sentido acredita-se que se faz necessária encontrar uma solução adequada que poderá colocar novamente a cidade de Curitiba na vanguarda em relação a questões ambientais.

No decorrer das discussões e debates sobre a destinação dos resíduos, pode-se constatar a seguinte situação: os catadores de material reciclável que fazem da coleta o seu meio de subsistência, possuem um importante papel socioambiental, pois colaboram para minimizar os impactos ambientais negativos ao recolherem os materiais recicláveis que ficariam jogados pela cidade. Além disso, contribuem para minimizar a extração dos recursos naturais destinados à produção de novos produtos industriais como, por exemplo, os processos industriais de fabricação do papel e do plástico que, além da energia, necessitam consumir grandes quantidades de água em sua produção.

Apesar do grande serviço que os catadores prestam à sociedade, eles não têm sua importância reconhecida nos aspectos sociais e econômicos, além de serem discriminados, marginalizados e explorados.

Neste contexto entende-se que o tema é de grande relevância para a pesquisa científica, para os gestores da administração pública e também para as instituições, associações e cooperativas de catadores, que são ou devem ser parceiros nesse processo de buscar a inclusão social e a conquista da cidadania desses que são os principais atores ambientais da atualidade pois, ao lutarem por sua sobrevivência, atuam diretamente no processo de limpeza do meio ambiente e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Este trabalho pretende apresentar uma pesquisa que teve como objetivo geral a análise da viabilidade e sustentabilidade do projeto atual do programa de inclusão social do catador em Curitiba, verificando a promoção e melhoria das condições de vida do catador. Teve como objetivos específicos: a) a realização da pesquisa no âmbito da cooperativa para identificar o nível de preocupação com a educação ambiental; b) investigar se os catadores que integram o programa seguem as orientações quanto aos aspectos de saúde e cuidados em relação aos resíduos tóxicos e c) identificar quais os benefícios sociais advindos do projeto para o catador e sua família.

A metodologia foi dividida em duas etapas. Na 1ª etapa realizou-se pesquisa bibliográfica, procurando informações sobre políticas de saneamento ambiental, resgate da história do Movimento Nacional dos Catadores, bem como experiências bem sucedidas de inclusão social nas diversas cidades brasileiras, além de estudos de monografias já publicados sobre o tema e elaboração e formatação das questões para as entrevistas com os catadores.

A 2ª etapa foi a execução de pesquisa em campo, por meio da realização de entrevista com a procuradora do Ministério Público do Trabalho que atua no Fórum Lixo e Cidadania, e com trabalhadores da reciclagem, vinculados à Cooperativa CATAMARE em Curitiba.

Os dados foram analisados e compilados. Os resultados são apresentados no final deste artigo.

O SANEAMENTO AMBIENTAL

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, saneamento é “o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre a saúde, que é entendida como bem estar físico, mental e social”.

Desta forma o termo saneamento torna-se bastante amplo, pois, além dos tradicionais serviços de água, esgoto, engloba também manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais, controle de vetores causadores de doenças e poluição do ar. O saneamento ambiental deve ser tratado como prioritário por todas as esferas da administração pública, pois reflete diretamente na qualidade de saúde e vida da população.

A Lei 11.445/07 institui a Política Nacional de Saneamento Básico e define o compromisso com a universalização dos serviços de saneamento. O artigo 49 desta lei estabelece os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, das quais destacamos os seguintes:

Redução das desigualdades regionais, geração de emprego e inclusão social; Priorizar áreas ocupadas por população de baixa renda; Minimizar os impactos ambientais e assegurar o atendimento às normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde; Salubridade ambiental dos povos indígenas e populações tradicionais.

Por ser um direito constitucional de todos os cidadãos, o poder público tem o dever de incentivar a participação da comunidade na formulação e planejamento de políticas públicas neste setor, através de fóruns de discussão e audiências públicas.

Conforme o Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento (Ministério das Cidades, 2006), as experiências bem sucedidas na área tiveram o apoio da população, inclusive dos catadores, que quando sensibilizados quanto aos cuidados com a preservação ambiental, tornam-se parceiros importantes.

O aprofundamento da crise econômica no Brasil e a falta de investimentos do poder público no setor levam a um sucateamento dos serviços de limpeza urbana. Então, em grande parte dos municípios ocorre a simples coleta de resíduos, sem investimentos em programas sociais e ambientais.

Em alguns municípios foi implantado o programa de coleta seletiva, desconsiderando o trabalho informal dos catadores. Como consequência, houve a concorrência do serviço público da coleta seletiva que agravou ainda mais a situação de exclusão social dos catadores (ABREU, 2001).

Por outro lado, à medida que parte da população preocupa-se com a questão ambiental e separa os resíduos recicláveis, cresce o empenho de alguns municípios que elaboram políticas de erradicação de lixões e inclusão dos catadores. É possível manter esta atividade econômica dos catadores, desde que eles tenham condições de trabalho adequadas. Existem casos de experiências municipais bem sucedidas em Belém/PA, Belo Horizonte/MG e Cascavel/PR.

No caso específico de Belém/PA, o projeto “Sementes do Amanhã” foi reconhecido com o prêmio “Melhores Práticas da Gestão Local”, ao proporcionar o resgate da cidadania e de inclusão social de adultos, adolescentes e crianças expostas a riscos de acidentes e doenças que trabalhavam nos lixões da cidade. Por meio do projeto estas pessoas tiveram acesso a programas de geração de renda, assistência social e educação. (MACHADO, 2004).

A Caixa Econômica, enquanto agente executor do Programa - Resíduos Sólidos Urbanos repassa recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para a construção de galpões com infraestrutura de equipamentos como prensa e balança, juntamente com o Trabalho Social para os municípios, visando a adequada destinação dos resíduos sólidos urbanos e assim contribuindo para a inclusão social dos catadores. Atua no segmento de financiamento aos municípios via programa CAIXA - Banco Mundial de financiamento a projetos de Desenvolvimento Limpo. Este é um novo desafio a ser considerado, principalmente pelos gestores públicos, ao formular o planejamento da gestão de resíduos sólidos urbanos: propiciar a inclusão social dos catadores além de fomentar a participação dos mesmos, enquanto atores e parceiros no processo de limpeza urbana.

A Política de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná tem como objetivos: proporcionar mudanças de atitudes e hábitos de consumo, reduzir a geração de resíduos, combater desperdícios, incentivar a reutilização dos materiais e seu reaproveitamento por meio da reciclagem.

A meta da Secretaria do Estado do Meio Ambiente – SEMA através do Programa Desperdício Zero é a eliminação de 100% dos lixões no Estado e a redução de 30% dos resíduos gerados.

Com o objetivo de estabelecer um modelo sustentável de gestão nos municípios do Estado do Paraná por intermédio de consórcios intermunicipais, foi criado o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, com a meta de implantar 58 consórcios intermunicipais, atendendo 377 municípios ou 97,3% da população urbana do Estado até 2010. Atualmente o processo está em análise na Caixa Econômica Federal e aguarda a autorização da OS, uma vez que necessita de recursos para sua conclusão. Considera aspectos ambientais, geográficos, logísticos, econômicos, transporte e população atendida na localização dos aterros sanitários.

O restante da população do Paraná será atendido por aterros sanitários individuais de baixo custo e compatíveis com a geração de resíduos, previstos em programas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

De forma a garantir a sustentabilidade com a inclusão social do catador e a redução os impactos socioambientais, a gestão dos resíduos sólidos urbanos deverá ocorrer de forma integrada: com os representantes dos municípios das regiões

metropolitanas e da sociedade civil, através de trabalho educativo junto à população e incentivo à participação de todos os atores envolvidos, através de audiências públicas.

PLANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

No caso específico da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) as decisões sobre o Consórcio Intermunicipal são tomadas em conjunto por 17 prefeitos. Em 2006, o grupo técnico do consórcio cria o Sistema Integrado de Processamento e Aproveitamento de Resíduos (SIPAR). O SIPAR substituiu o aterro do Caximba, recicla e transforma em adubo e energia cerca de 2.300 toneladas de resíduos geradas diariamente por uma população de três milhões de pessoas, dos municípios da RMC, que utilizavam o aterro da Caximba, cujo prazo de utilização findou em 01 de novembro de 2010.

O município de Curitiba criou o Projeto de Parques de Recepção de Recicláveis - Eco Cidadão - com o objetivo de proporcionar a inclusão social dos catadores em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores, Aliança Empreendedora e Fundação Avina.

Estes parques são dotados de infraestrutura e isentos de cobranças de taxas. Além disso, os catadores organizados em associações e cooperativas recebem suporte técnico, via Aliança Empreendedora para gerenciar o empreendimento.

Atualmente são cinco barracões em funcionamento: Pantanal, CATAMARE, Vida Nova, Natureza Livre e Acampa. Outros dois ainda não foram inaugurados: Terra Santa e Parolim. A meta para os próximos 05 anos é atingir o total de 25 parques.

Mesmo que haja uma grande preocupação com o meio ambiente e com os catadores em todas as esferas do Poder Público, só haverá garantia de realização plena dos planos e projetos nesta área, se houver envolvimento não só do Poder Público, mas também das empresas e de toda a sociedade.

O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE REICLÁVEIS

Em 1998 surgiu o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, composto por órgãos governamentais e não governamentais comprometidos com o Programa Nacional Lixo e Cidadania que visa: erradicar o trabalho infanto-juvenil nos lixões e proporcionar cidadania, geração de trabalho e renda, e criar alternativas aos lixões, enquanto destinação final de resíduos sólidos. (ABREU, 2001).

O movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. A partir deste encontro, o movimento evoluiu e obteve conquistas. Neste mesmo ano foi lançado o Programa Lixo e Cidadania, juntamente com a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”, que surgiu devido à iniciativa da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Esta entidade ficou sensibilizada pela situação dramática vivenciada por crianças hospitalizadas em Olinda/PE, no ano de 1994, devido à ingestão de substâncias tóxicas, inclusive lixo hospitalar, depositado sem tratamento no lixão onde trabalhavam.

Assim, em 2000 surgiu o PETI - Programa de Erradicação de Trabalho Infantil. Além de bolsas as crianças e adolescentes do programa recebem, no contra turno escolar, reforço pedagógico além das outras atividades sócio-educativas, sendo priorizadas aquelas que sobrevivem da coleta de lixo.

Em junho de 2001, cerca de 1300 catadores de 17 estados brasileiros realizaram encontro em Brasília e reivindicaram financiamentos específicos e implantação de uma política nacional de coleta seletiva que beneficie as associações e cooperativas de catadores. Em consequência dessa reivindicação, em 2002 a profissão de catador foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

No ano de 2003 aconteceu o 1º Congresso Latino - americano de Catadores em Caxias do Sul – RS, que reuniu catadores (as) de diversos países. O Congresso divulgou então a Carta de Caxias que relata a dura realidade dos catadores da América – Latina, unificando a luta desses países. Neste período outras importantes conquistas foram alcançadas como a criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social dos Catadores, buscando a melhoria das condições de vida e de trabalho, em consonância com a integração das ações do Governo Federal.

Em março de 2006 o MNCR realizou uma grande marcha até Brasília durante a qual reivindicou a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações, com a meta de criar 40 mil novos postos de trabalho para catadores em todo o Brasil.

É importante ressaltar que além de buscar a melhoria de renda, através da capacitação profissional, deve-se priorizar para as famílias dos catadores, o acesso à moradia e programas como Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Habitação de Interesse Social. Os catadores idosos, com mais de 65 anos ou portadores de deficiência, podem ter acesso a um salário mínimo mensal conforme Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Os catadores também podem ter acesso à alimentação de qualidade e baixo custo, através do programa de Restaurantes Populares, realizado com parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e prefeituras, além do apoio para cozinhas e hortas comunitárias para associações e cooperativas de catadores.

Pelo importante papel econômico e social que exercem os catadores, é justo que a profissão seja, além de reconhecida, valorizada. Desta forma, os catadores são capazes de ver a si mesmos como cidadãos de fato e, portanto, com direitos a uma vida digna, escolaridade, capacitação profissional e organização associativa e cooperativa. (ABREU, 2001).

Outra vitória do movimento está ocorrendo com a implantação do carrinho elétrico, uma parceria realizada com empresa ITAIPU através do Programa Coleta Solidária. A empresa irá transferir a patente deste veículo para o MNCR. Atualmente, 81 carrinhos estão em operação em Foz do Iguaçu e região. Em Curitiba, estão em teste dois carrinhos elétricos, com capacidade de transportar até 300 kg, com possibilidades de rodar com autonomia durante 25 ou 30 km.

Para concluir ressalta-se que nos últimos anos os catadores obtiveram muitas conquistas e o reconhecimento de setores da sociedade, o apoio de entidades governamentais ou não, graças principalmente à organização do Movimento Nacional dos Catadores. Entretanto, existem ainda muitas conquistas a serem adquiridas por esta classe que presta um inestimável serviço à sociedade e esta mesmo assim, ainda não lhe deu o devido reconhecimento.

RESULTADOS

A pesquisa foi realizada nos dias 17/10/09 e 03/11/09, no galpão de triagem da cooperativa CATAMARE. A CATAMARE foi escolhida por ser uma das organizações de catadores vinculada ao programa da Prefeitura de Curitiba, ECOCIDADÃO. Esta cooperativa foi fundada há 05 anos por trabalhadores ligados ao movimento nacional de catadores. Podem ser cooperados na entidade os catadores de rua ou ex-empregados dos depósitos de reciclagem. Todos possuem vínculo com a atividade.

As respostas das questões fechadas são apresentadas a seguir.

Utilizou-se uma amostra de 20 trabalhadores da reciclagem sendo 13 mulheres e 07 homens. Da amostra pesquisada há os que trabalham na coleta e os que somente realizam a separação do resíduo dentro do galpão, conforme tabela abaixo:

Quadro 1- Trabalhadores por tipo de serviço e por gênero.

ATIVIDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Coleta nas ruas	05	04	09
Triagem no galpão	02	09	11

Fonte: Os autores

Verifica-se que 35% dos entrevistados possuem o cônjuge ou filhos maiores trabalhando diretamente na coleta ou separação de recicláveis. E entre os que hoje estão na triagem de recicláveis, 10% ainda ajudam eventualmente a família na coleta ou na separação em casa dos materiais e outros 20% são ex-catadores de rua.

Dos que trabalham nas ruas todos usam o carrinho para coleta. Os ex-catadores que hoje trabalham na triagem também utilizavam este meio de transporte. Na questão “Leva ou não o filho para trabalhar”, 15% responderam que sim e 85% que não levam.

Quanto ao tempo de atuação na função e o tempo em que trabalha cooperado, tem-se as seguintes distribuições representadas nos gráficos a seguir:

Gráfico 1- Tempo de atuação na função

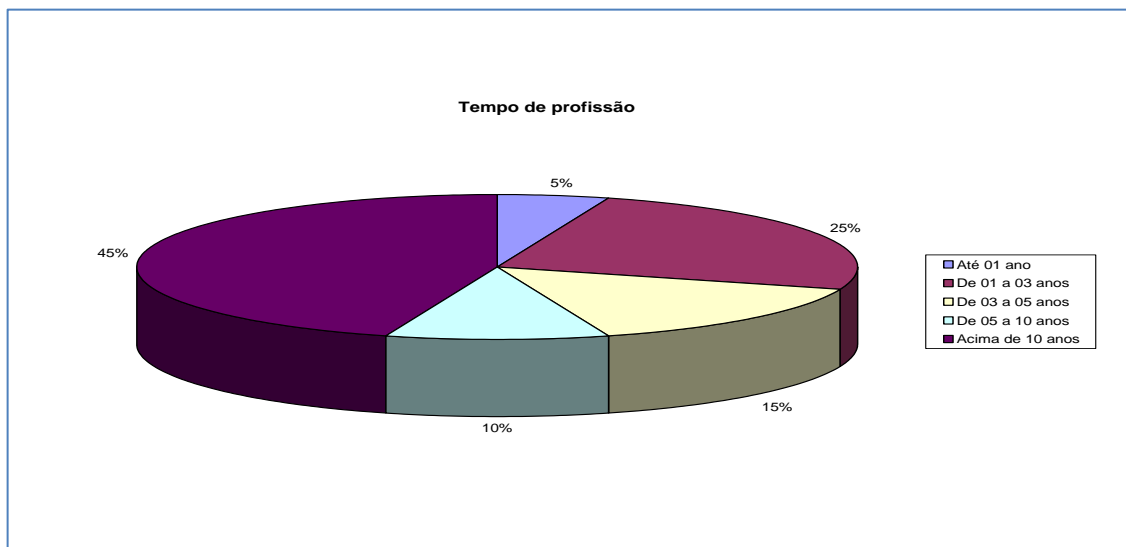


Gráfico 2- Tempo de trabalho cooperado

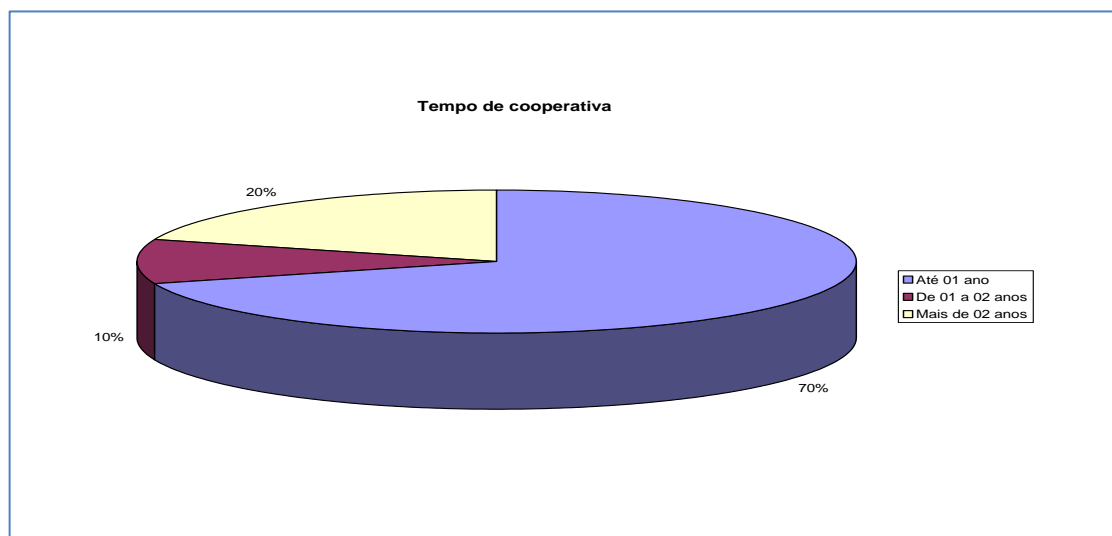
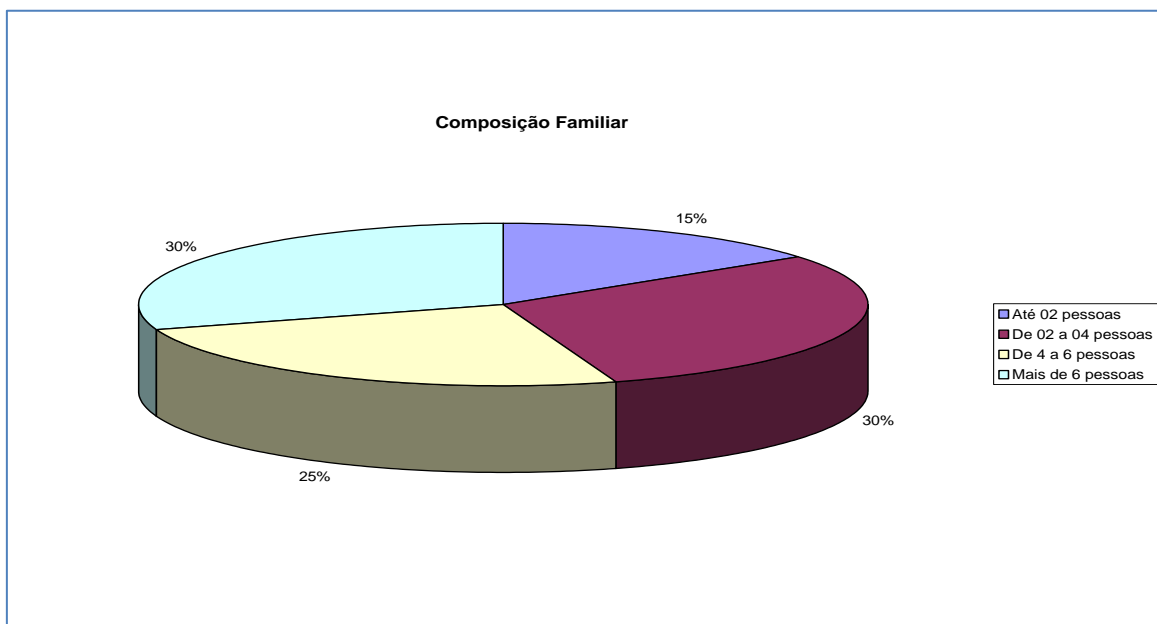


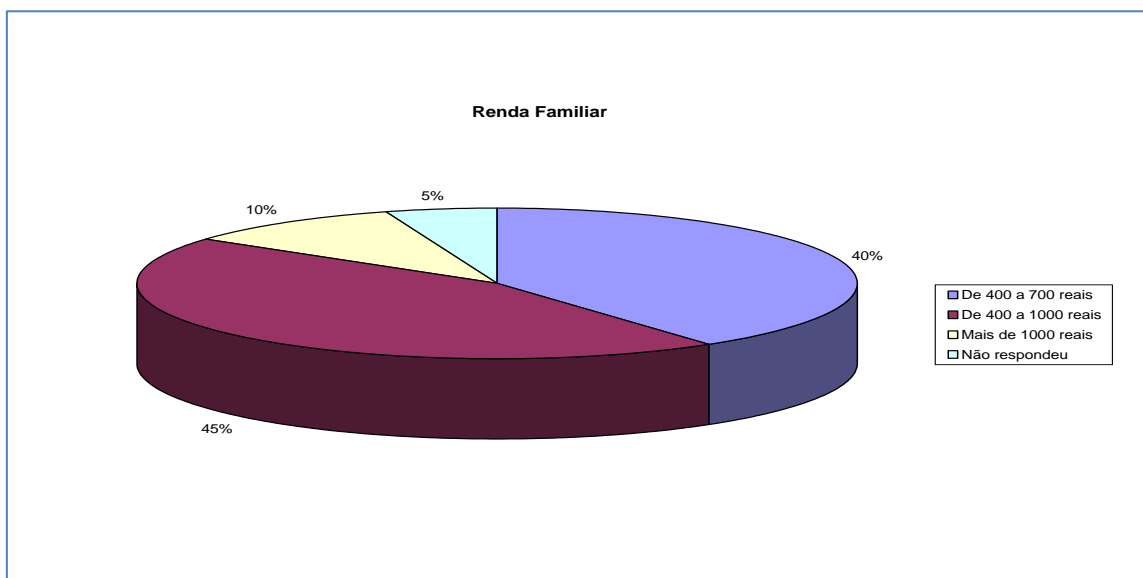
Gráfico 3- Composição Familiar



Fonte: autores

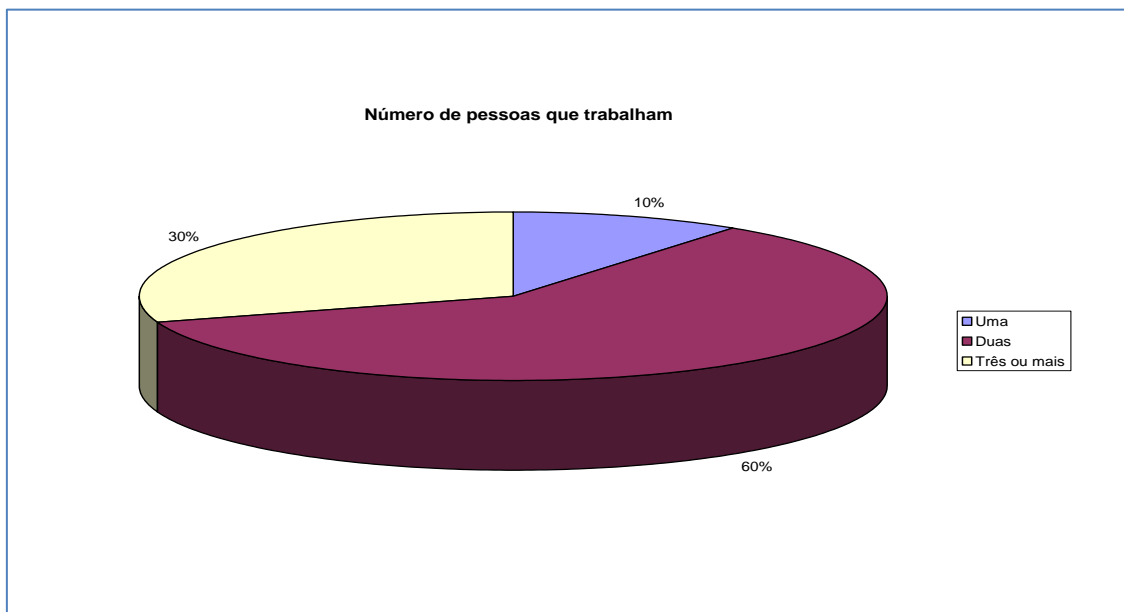
Quanto à Renda Média Familiar, todos os cooperados relataram que recebem semanalmente, sem o desconto do INSS o seu recolhimento integral, pois é de responsabilidade da cooperativa CATAMARE. No gráfico abaixo, tem-se a renda média familiar.

Gráfico 4- Renda familiar



Fonte: autores

Gráfico 5- Número de pessoas da família que trabalham



Fonte: autores

Apenas dois entrevistados informaram que realizam outras atividades extras remuneradas: um informou “faço jardim” e outro afirmou “faço bico”.

Do total de pesquisados, 40% já exerceram outras profissões, todos na área urbana. As profissões citadas foram: doméstica, montador, cuidador de idoso, auxiliar de telemarketing, frentista, agente de saúde e auxiliar de produção (02 respostas).

Foram citados os seguintes motivos para a troca de profissão: 20% devido ao desemprego e 20% por motivos diversos, como alcoolismo, dedicação ao filho doente. Observou-se que os dois entrevistados que informaram que preferem esta atividade é devido ao fato de trabalharem no galpão da reciclagem.

Quanto aos bens adquiridos com a profissão, 60% afirmaram comprar móveis e eletrodomésticos com esta atividade, 25% conseguiu adquirir casa e terreno em local de ocupação irregular ou por meio da Companhia Habitacional de Curitiba, e 15% trabalham somente para atender as necessidades básicas.

Entre as dificuldades encontradas, a maioria respondeu que a maior dificuldade é a distância do local de coleta. No quadro abaixo foram transcritas as dificuldades encontradas.

Quadro 2- Trabalhadores por tipo de serviço e por gênero.

DIFICULDADES DO TRABALHO	Nº RESPOSTAS
Distância	05
Condições climáticas	02
Risco de acidentes	03
Relacionamento com a sociedade em geral	04
Falta de reconhecimento	01
Relacionamento com os colegas	02
Discriminação/ preconceito	01
Relacionamento com a prefeitura	01
Esforço físico	01

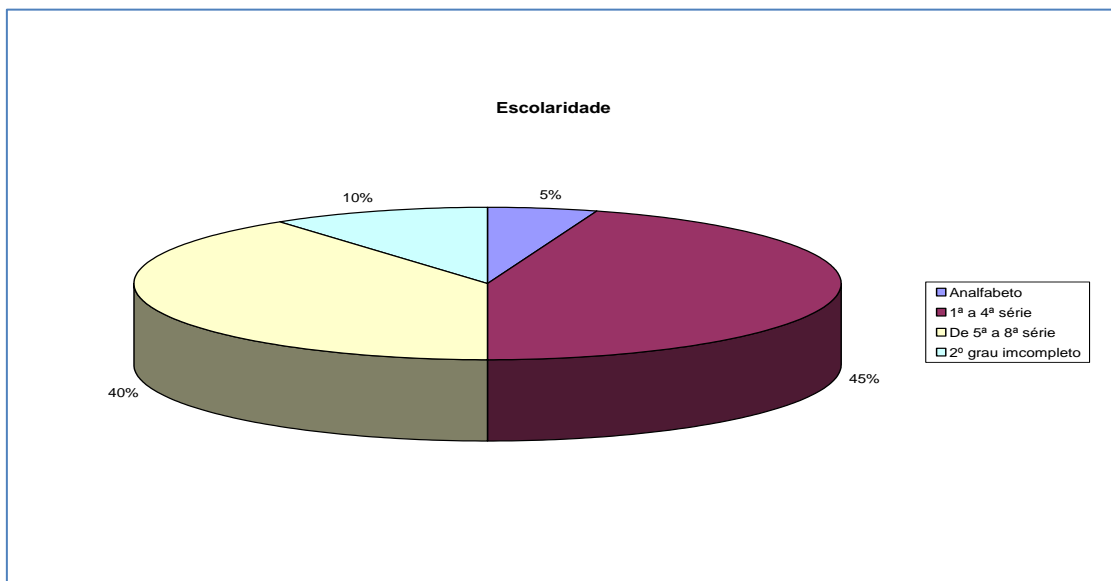
Fonte: Os autores

Em relação à saúde familiar, somente 15% afirmou ausências de problemas nesta área. Os demais relataram as seguintes doenças: complicação do pós-parto, bronquite, enxaqueca, problema mental (sem especificar), dor de cabeça, problema neurológico, paralisia cerebral, alcoolismo, pressão alta, hérnia e ácido úrico. De maneira geral apenas 30% entrevistados afirmaram que fazem acompanhamento médico regularmente seja para tratamento ou acompanhamento de rotina.

Em relação ao interesse por cursos de qualificação profissional, 25% dos entrevistados realizam curso de informática, promovidos pela ONG Instituto Lixo e Cidadania. Enumeramos outros cursos de interesse pessoal ou familiar sugeridos, como inglês/espanhol, eletricitista, marceneiro, manicure, costura e artesanato. Somente 15% não manifestaram interesse.

No item escolaridade, verificamos com relação aos filhos, que todos os menores de 16 anos estudam. E alguns acima desta idade estudam e trabalham. No gráfico a seguir apresentam-se os resultados da escolaridade dos cooperados.

Gráfico 6- Nível de escolaridade dos cooperados



Fonte: autores

Considera-se ainda, pelos resultados, que a maioria não conseguiu concluir o ensino médio, sendo que 45% têm como nível de escolaridade entre a 1ª e 4ª séries.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados obtidos com a pesquisa mostrou que a atividade de catadores é uma atividade exercida principalmente por mulheres, especialmente entre os trabalhadores da triagem.

Nesta população, predominantemente feminina, verificou-se a preocupação em deixar os filhos sozinhos em casa. Mesmo com risco de acidentes, muitas mães preferem levar os filhos para a coleta nas ruas. Além disso, há o problema das creches que não funcionam aos sábados.

Constatou-se a situação de vulnerabilidade social, econômica e ambiental destas famílias, pois todos os entrevistados ainda utilizam ou utilizavam há até pouco tempo, o carrinho convencional como única opção de transporte dos resíduos. Além disso, a maioria reside em área de ocupação irregular na Vila Torres ou Parolim, em situações muitas vezes insalubres.

Em relação à saúde dos catadores, verificou-se que a maioria apresenta algum tipo de problema. No entanto, por diversas razões, apenas 30% realizam algum tipo de tratamento médico. Esses trabalhadores, por muitas vezes, manipularam resíduos tóxicos ou perfurantes, quando há a presença de agulhas e seringas que se misturam aos resíduos recicláveis no caminhão do “Lixo que não é Lixo”. Apesar da utilização de luvas para proteção individual, o risco de acidentes permanece. Além disso, verificou-se durante a visita ao galpão, pouca ventilação e calor excessivo, situações que repercutem nas condições de saúde das pessoas.

Mesmo assim, grande parte dos entrevistados reconhece a melhoria na qualidade de vida trabalhando no galpão se comparada, principalmente, com as dificuldades anteriormente vivenciadas com a coleta nas ruas, por exemplo, distância dos locais de coleta e de revenda, riscos de acidentes e exposição às intempéries climáticas.

Verificou-se ainda que 85% recebem até dois salários mínimos. Em 60% dos casos investigados, a renda familiar é garantida por duas pessoas que trabalham.

Toda esta situação agrava-se em proporção ao tamanho da família. Verificou-se que muitas pessoas dependem da fonte de renda gerada pelo trabalhador da reciclagem: 25% dos trabalhadores relataram que sua família é composta de 04 a 06 pessoas, e 30% mais de 06 pessoas.

Grande parte (40%) já trabalhou com carteira assinada, sendo que 20% mudaram de profissão devido ao desemprego.

Por outro lado, 45% exercem a profissão de catador há mais de 10 anos, o que é facilmente compreensível pelas condições do próprio mercado formal, que exclui pessoas com reduzida escolaridade. Este é o caso do público alvo pesquisado em que 45% frequentou até a 4ª série, e 40% até a 8ª série do ensino fundamental.

Com relação ao tempo de vinculação à cooperativa, verificou-se um índice significativo de 70% com menos de 01 ano de filiação. Mesmo com muito pouco tempo de vínculo, os depoimentos foram contundentes quanto aos benefícios advindos do trabalho na cooperativa em relação à situação anterior, como melhores preços, além de receber semanalmente, conforme produção, recolhimento do INSS, além das oportunidades em realizar cursos de qualificação profissional para si e para seus filhos, o que vem a garantir maiores expectativas de futuro.

Verificou-se ainda que as respostas dadas à questão “O que você pensa do cidadão que joga lixo nos rios e nas ruas?”, reflete o conhecimento quanto à necessidade de preservação do meio ambiente e também a importância do próprio papel que exercem enquanto agentes ambientais.

CONCLUSÃO

Comprovou-se por meio da pesquisa de campo que os catadores organizados em cooperativas conseguem avançar nos aspectos econômicos, sociais, culturais e de qualidade de vida.

À medida que se envolvem nos movimentos organizativos da categoria, elevam a sua autoestima, começam a perceber o papel importante que desempenham na preservação do meio ambiente e descobrem-se como cidadãos de fato e por direito.

No entanto, verifica-se nas ruas da cidade uma parcela considerável de catadores autônomos ainda não organizados em movimentos, cooperativas e associações, sujeitos às intempéries climáticas, com sinais de esgotamento físico, com seus carrinhos de tração humanos, muitas vezes acompanhados de filhos menores. Além disso, são explorados pelos donos de depósitos de recicláveis.

Estas situações são contrárias aos ditames da legislação que ampara e protege as populações vulneráveis, entre elas, os catadores de recicláveis.

Cita-se como exemplo a Constituição Federal de 1988 – art. 3º, que aponta como um dos objetivos do estado brasileiro “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

Por outro lado, o Brasil assumiu os compromissos assumidos na Conferência Eco 92 com a Agenda 21 Global, que trata do desenvolvimento sustentável e do combate à pobreza.

Além disso, promoveu a construção da Agenda 21 brasileira adaptada para a realidade nacional que estabelece 21 linhas estratégias para o desenvolvimento

sustentável, sendo uma delas a de nº 05 que trata das medidas para a redução das desigualdades sociais como o combate à pobreza, a erradicação do analfabetismo e do trabalho infantil. E ainda, na linha 15, destaca a importância da democratização e da participação da população nas decisões de políticas públicas.

Reafirma-se, com este trabalho, que os programas isolados não alteram totalmente o quadro perverso de exclusão social do catador. Neste sentido deve haver garantias da universalização e integração de políticas públicas em todas as esferas da administração, promovendo a geração de emprego e renda, capacitação profissional, erradicação do trabalho infantil e melhoria nas condições de moradia.

Salienta-se que o cumprimento da legislação que protege o meio ambiente e ampara os pobres e marginalizados, ocorre com a participação efetiva dos movimentos sociais e da sociedade em geral, nas audiências públicas, nos conselhos municipais e nas conferências das cidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à Cidadania: Estratégias para a ação**, fotos de Mila Petrilo, Adriana, Alandim e Teia Magalhães. Brasília: Caixa, 2001.

AGENDA 21. Disponível em <http://www.mma.gov.br/>.

AGENDA 21 Brasileira. Disponível em <http://www.mma.gov.br/>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais de saneamento básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2007/Lei/_leis2007.htm.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Catálogo Nacional Experiências de Capacitação e desenvolvimento Institucional**. Ministério das Cidades – Brasília: Midades, 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para a elaboração de planos municipais de saneamento. Ministério das Cidades** – Brasília: Midades, 2006.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Marco Socioambiental _ Resíduos Sólidos e Desenvolvimento Limpo**. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/Download/asp/download.asp?subCategoryId=610&CategoryId=122&subCategoryLayout=Resíduos%20Sólidos%20e%20Desenvolvimento%20Limpo&CategoryLayout=Marco%20Socioambiental>, acesso em 23/09/2009.

CHAGAS, Wayne A. Martos. **Estudo de caso: um perfil dos agentes ecológicos do município de Cascavel/PR**, IBPEX (Monografia). 2002.

CURITIBA. **Plano de Encerramento do Aterro Sanitário de Caximba**, disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/noticia.aspx?codigo=17929&Justi%3a7a-autoriza-Plano-de-Encerramento-da-Caximba>, consulta em 17/11/2009.

CURITIBA. **Aterro da Caximba deixa de receber lixo na segunda feira.** <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/aterro-da-caximba-deixa-de-receber-lixo-na-segunda-feira/20951>, consulta em 27/09/2013.

CURITIBA. **Projeto Eco Cidadão.** Disponível em: <http://www.aliancaempreendedora.org.br/reciclagem-inclusiva>, em 24/11/09.

História do MNCR. Disponível em: http://www.mnccr.org.br/box_1/sua-historia, em 06/05/2009.

ITAIPU. **O Carrinho de Itaipu.** Disponível em: http://www.itaipu.gov.br/index.php?q=pt/node/435&id_noticia=2986, acesso de 05/11/09.

JACOBI, Pedro **Org. Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos no Brasil: Inovação com Inclusão social** / Organização de Pedro Jacobi – SP; Annalume, 2006.

MACHADO, Ademir José Rodrigues Machado. **A Coleta Seletiva como Geradora de Renda e sua Contribuição para a Educação Ambiental: Uma Experiência no Aterro Sanitário da Aura em Belém/PA** (Monografia), Belém, 2004

PARANÁ – SUDERHSA - 2007. **Consórcios Intermunicipais de Resíduos Sólidos Urbanos.** Disponível em: <http://www.suderhsa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>, acesso em 20/11/09.

ROMANI, Andréia Pitanguy de. **O poder público municipal e as organizações de catadores.** RJ: IBAM/DUMA/Caixa/2004.

SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Desperdício Zero.** Curitiba.